

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**



**ÁUREA ÍSIS OLIVEIRA JUSTINO
FRANCILENE SILVA ANDRADE
PATRÍCIA MARTINS DOS SANTOS**

**METODOLOGIAS INCLUSIVAS NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
contribuições para a aprendizagem e a permanência escolar na EJA**

IRACEMA - RR

2026

ÁUREA ÍSIS OLIVEIRA JUSTINO
FRANCILENE SILVA ANDRADE
PATRÍCIA MARTINS DOS SANTOS

METODOLOGIAS INCLUSIVAS NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
Contribuições Para a Aprendizagem e a Permanência Escolar Na EJA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial à obtenção do título de Licenciado
em Pedagogia.

IRACEMA - RR

2026

METODOLOGIAS INCLUSIVAS NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Contribuições Para a Aprendizagem e a Permanência Escolar Na EJA

A Áurea Ísis Oliveira Justino¹

Francilene Silva Andrade²

Patrícia Martins dos Santos³

Cledemar Félix⁴

1 Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFRR - Campus Boa Vista aureaisisjustino@gmail.com;

1 Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFRR - Campus Boa Vista, francilenesilvaandrade6@gmail.com;

1 Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFRR - Campus Boa Vista, pmartinsdossantos43@gmail.com;

1 Orientador do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFRR - Campus Boa Vista, cledemar.felix2231@gmail.com;

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade da educação básica atravessada por desigualdades históricas, diversidade de trajetórias, interrupções escolares e diferentes necessidades de aprendizagem. No processo de alfabetização, esses elementos exigem práticas pedagógicas capazes de reconhecer os sujeitos em suas dimensões sociais, culturais, cognitivas e afetivas. O presente artigo tem como objetivo geral analisar metodologias pedagógicas inclusivas e suas contribuições para favorecer a aprendizagem e a permanência escolar de estudantes da EJA. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, natureza básica e objetivos exploratórios e descritivos, fundamentada em produções acadêmico-científicas publicadas entre 2019 e 2026, selecionadas nas bases SciELO, Portal de Periódicos da CAPES, ERIC e Google Acadêmico. Os documentos oficiais foram utilizados apenas como suporte normativo e não integraram a contagem dos artigos analisados. A análise temática permitiu organizar os resultados em quatro eixos: especificidades dos sujeitos da EJA; metodologias inclusivas na alfabetização; motivação, pertencimento e permanência escolar; e formação docente para práticas inclusivas. Os resultados indicam que metodologias contextualizadas, dialógicas, colaborativas, acessíveis e flexíveis favorecem a participação dos estudantes, ampliam as possibilidades de alfabetização significativa e contribuem para reduzir barreiras pedagógicas, metodológicas e atitudinais. Conclui-se que a inclusão na EJA não se limita ao acesso à escola, exigindo planejamento pedagógico intencional, formação docente continuada, recursos acessíveis e compromisso institucional com a permanência e a aprendizagem.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Alfabetização. Educação Inclusiva. Metodologias Pedagógicas Inclusivas. Permanência Escolar.

ABSTRACT

Youth and Adult Education is a modality of basic education shaped by historical inequalities, diverse life trajectories, school interruptions, and different learning needs. In literacy processes, these elements require pedagogical practices capable of recognizing learners in their social, cultural, cognitive, and affective dimensions. This article aims to analyze inclusive pedagogical methodologies and their contribution to promoting learning and school retention among Youth and Adult Education students. Methodologically, it is a bibliographic study with a qualitative approach, basic nature, and exploratory-descriptive objectives, based on academic and scientific publications from 2019 to 2026 selected from SciELO, CAPES Journals Portal, ERIC, and Google Scholar. Official documents were used only as normative support and were not included in the count of analyzed articles. The thematic analysis organized the results into four axes: the specificities of Youth and Adult Education learners; inclusive methodologies in literacy; motivation, belonging, and school retention; and teacher education for inclusive practices. The results indicate that contextualized, dialogical, collaborative, accessible, and flexible methodologies foster student participation, expand possibilities for meaningful literacy, and help reduce pedagogical, methodological, and attitudinal barriers. It is concluded that inclusion in Youth and Adult Education is not limited to school access; it requires intentional pedagogical planning, continuing teacher education, accessible resources, and institutional commitment to retention and learning.

Keywords: Youth and Adult Education. Literacy. Inclusive Education. Inclusive Pedagogical Methodologies. School Retention.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocupa lugar estratégico na garantia do direito à Educação no Brasil, pois atende sujeitos que, por diferentes razões históricas, sociais, econômicas, territoriais e familiares, não tiveram acesso ou continuidade aos estudos na idade considerada regular. Essa modalidade não pode ser compreendida apenas como uma alternativa de escolarização tardia; trata-se de um espaço de reparação de direitos, reconstrução de trajetórias e ampliação das possibilidades de participação social, cultural, política e profissional dos estudantes.

No âmbito da alfabetização, os desafios da EJA assumem maior complexidade. Jovens, adultos e idosos retornam à escola com experiências acumuladas de trabalho, família, religiosidade, participação comunitária, deslocamentos, fracassos escolares anteriores e, em muitos casos, sentimentos de insegurança diante da leitura e da escrita. Ao mesmo tempo, esses sujeitos possuem saberes socialmente produzidos que precisam ser reconhecidos como ponto de partida do processo educativo.

Assim, alfabetizar na EJA exige mais do que ensinar códigos gráficos; exige construir práticas de leitura e escrita vinculadas à vida concreta dos estudantes. A perspectiva da educação inclusiva amplia essa discussão ao afirmar que a escola deve organizar condições de acesso, participação, aprendizagem e permanência para todos.

Na EJA, a inclusão envolve estudantes com deficiência, transtornos, dificuldades específicas de aprendizagem, trabalhadores com jornadas extensas, mães e pais com responsabilidades familiares, idosos, sujeitos em situação de vulnerabilidade social e educandos marcados por sucessivas experiências de exclusão escolar. Portanto, as metodologias pedagógicas precisam considerar a heterogeneidade das turmas e reduzir barreiras que dificultam a participação efetiva dos estudantes.

Nesse contexto, práticas pedagógicas centradas exclusivamente na exposição oral, na cópia mecânica, na repetição de sílabas e na padronização das atividades tendem a limitar a aprendizagem e a enfraquecer o vínculo dos estudantes com a escola. Em sentido contrário, metodologias inclusivas, contextualizadas e participativas podem fortalecer o protagonismo dos educandos, favorecer a aprendizagem significativa e contribuir para a permanência escolar.

Diante desse cenário, o problema da pesquisa consiste em responder à seguinte questão: de que maneira metodologias pedagógicas inclusivas podem contribuir para favorecer a aprendizagem e a permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos?

Parte-se do pressuposto de que metodologias fundamentadas nos princípios da educação inclusiva, articuladas à valorização das experiências dos estudantes e à flexibilização das práticas pedagógicas, contribuem para ampliar a aprendizagem, fortalecer a motivação, reduzir barreiras e favorecer a permanência escolar na EJA.

O objetivo geral deste estudo é analisar metodologias pedagógicas inclusivas e sua contribuição para favorecer a aprendizagem e a permanência escolar de estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

Como objetivos específicos, busca-se: identificar especificidades dos sujeitos da EJA que interferem no processo de alfabetização; compreender princípios da educação inclusiva aplicados à alfabetização de jovens e adultos; analisar metodologias pedagógicas inclusivas descritas na literatura científica; discutir fatores relacionados à motivação e à permanência escolar; e refletir sobre a formação docente como condição para a efetivação de práticas inclusivas.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de qualificar o debate sobre alfabetização na EJA, sobretudo em uma perspectiva que articule inclusão, permanência e aprendizagem. A relevância do estudo está em evidenciar que o direito à educação não se realiza apenas pela matrícula, mas pela criação de condições pedagógicas e institucionais que permitam ao estudante aprender, permanecer e concluir sua trajetória formativa com dignidade.

O artigo está organizado em cinco seções. A primeira apresenta a introdução, com problema, pressuposto, objetivos e justificativa. A segunda discute o referencial teórico, abordando a EJA como direito, a educação inclusiva, as metodologias pedagógicas inclusivas, a andragogia, a motivação, a permanência escolar e a formação docente. A terceira descreve a metodologia. A quarta apresenta a análise e discussão dos resultados. A quinta reúne as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Educação de Jovens e Adultos e a perspectiva da Educação Inclusiva

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma política pública voltada à garantia do direito à educação para pessoas que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos na idade considerada adequada. Mais do que uma modalidade destinada à escolarização tardia, a EJA

representa um espaço de inclusão social, fortalecimento da cidadania e reconstrução de trajetórias educacionais. Nesse contexto, a alfabetização assume papel central, pois favorece o desenvolvimento da leitura, da escrita e da autonomia dos estudantes.

A consolidação da EJA como direito educacional está amparada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que reconhecem essa modalidade como parte da educação básica e reafirmam o compromisso com a garantia do acesso, da permanência e da aprendizagem.

Associada a esses dispositivos, a perspectiva da educação inclusiva amplia a responsabilidade das instituições escolares ao defender práticas pedagógicas capazes de atender à diversidade dos estudantes.

Também se articulam a essa discussão a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o Decreto nº 7.611/2011 e as Diretrizes Operacionais da EJA, pois esses documentos orientam a eliminação de barreiras, a acessibilidade e a organização de práticas pedagógicas que assegurem aprendizagem e permanência escolar.

O público da EJA é heterogêneo, reunindo trabalhadores, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência ou dificuldades específicas de aprendizagem, cujas experiências de vida e diferentes ritmos de aprendizagem exigem práticas pedagógicas flexíveis e contextualizadas. Conforme destaca Moreira (2025), reconhecer essa diversidade constitui condição essencial para a construção de processos educativos que promovam participação, aprendizagem e permanência escolar.

Além das diferenças cognitivas, muitos estudantes retornam à escola trazendo experiências de fracasso escolar, baixa autoestima e insegurança, fatores que podem comprometer seu envolvimento com a aprendizagem. Nery (2024) ressalta que o acolhimento, a valorização das trajetórias de vida e a construção de relações pedagógicas respeitosas fortalecem o sentimento de pertencimento e favorecem a permanência na escola.

Na perspectiva da educação inclusiva, a aprendizagem não depende apenas do acesso à escola, mas da eliminação das barreiras que dificultam a participação dos estudantes. Araújo et al. (2025) afirmam que a inclusão exige reorganização das práticas pedagógicas, dos recursos didáticos e dos processos avaliativos, assegurando oportunidades de aprendizagem para todos.

Embora a legislação brasileira tenha avançado na garantia do direito à educação inclusiva, sua efetivação ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à disponibilidade de

recursos pedagógicos e às condições estruturais das escolas. Nesse sentido, Brito (2021) destaca que a formação continuada é indispensável para que os professores desenvolvam competências voltadas ao atendimento da diversidade presente nas salas de aula da EJA.

2.2 Metodologias inclusivas na alfabetização de jovens e adultos

A alfabetização na Educação de Jovens e Adultos (EJA) exige práticas pedagógicas que reconheçam as especificidades dos estudantes, suas trajetórias de vida e diferentes formas de aprender.

Diferentemente da alfabetização infantil, esse processo deve considerar os conhecimentos construídos ao longo das experiências sociais, profissionais e culturais dos educandos, incorporando-os ao desenvolvimento das atividades escolares. Nesse contexto, as metodologias inclusivas tornam-se fundamentais para assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes.

Estudos demonstram que práticas centradas apenas na transmissão de conteúdos apresentam limitações quando aplicadas à EJA. Barbi et al. (2025) afirmam que metodologias descontextualizadas reduzem o interesse dos estudantes e comprometem sua permanência na escola, enquanto estratégias relacionadas ao cotidiano favorecem uma aprendizagem mais significativa.

Essa concepção aproxima-se das ideias de Paulo Freire (2021), para quem a alfabetização deve promover não apenas o domínio da leitura e da escrita, mas também a compreensão crítica da realidade. Sob essa perspectiva, o diálogo, a problematização e a participação ativa dos estudantes fortalecem o processo educativo e ampliam sua autonomia.

Além da perspectiva freireana, as contribuições de Magda Soares (2020) reforçam que alfabetizar significa ensinar o sistema de escrita articulado às práticas sociais de leitura e escrita, compreendendo a alfabetização e o letramento como processos complementares.

Na Educação de Jovens e Adultos, essa compreensão torna-se ainda mais relevante, pois os estudantes já participam de diferentes práticas sociais e culturais, exigindo metodologias que relacionem a aprendizagem da escrita às situações reais do cotidiano.

Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999) demonstram que a aprendizagem da língua escrita ocorre por meio da construção ativa do conhecimento pelo sujeito. Embora suas pesquisas tenham sido desenvolvidas no contexto da alfabetização infantil, seus pressupostos teóricos oferecem

importantes contribuições para compreender que jovens e adultos também elaboram hipóteses sobre a escrita durante o processo de alfabetização.

Na Educação de Jovens e Adultos, esse entendimento reforça a importância de metodologias que valorizem a reflexão, a resolução de problemas e a participação ativa dos estudantes.

A andragogia também contribui para compreender a aprendizagem de jovens e adultos, ao reconhecer que esses estudantes valorizam conhecimentos que apresentam aplicação prática e dialogam com suas experiências de vida. Assim, metodologias que incentivam a resolução de problemas, a aprendizagem colaborativa e a contextualização dos conteúdos tendem a aumentar o envolvimento dos educandos.

Na perspectiva da educação inclusiva, Araújo et al. (2025) destacam que o ensino deve oferecer diferentes estratégias, recursos e formas de participação, respeitando os distintos ritmos e necessidades de aprendizagem. Entre os referenciais mais utilizados destaca-se o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõe múltiplas formas de apresentação dos conteúdos, de participação dos estudantes e de demonstração da aprendizagem, reduzindo barreiras pedagógicas.

As tecnologias assistivas também ampliam as possibilidades de inclusão ao favorecerem a acessibilidade ao currículo. Entretanto, sua efetividade depende da capacidade do professor em integrá-las ao planejamento pedagógico. Da mesma forma, o Plano Educacional Individualizado (PEI) constitui um importante instrumento para orientar intervenções compatíveis com as necessidades e potencialidades dos estudantes.

Apesar dos avanços, a implementação dessas metodologias ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à disponibilidade de recursos pedagógicos e às condições estruturais das escolas. Brito (2021) ressalta que a qualificação permanente dos professores é indispensável para a construção de práticas inclusivas capazes de responder à diversidade presente na EJA.

Em síntese, as metodologias inclusivas representam um elemento essencial para fortalecer a alfabetização de jovens e adultos, promovendo práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, favoreçam a aprendizagem significativa e ampliem as oportunidades de permanência e sucesso escolar.

2.3 Andragogia, motivação e permanência escolar

A permanência dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um dos principais desafios das políticas educacionais brasileiras. Embora o acesso à escolarização tenha sido ampliado nas últimas décadas, os índices de evasão permanecem elevados, evidenciando a necessidade de compreender os fatores que influenciam a motivação e a continuidade dos estudos.

Nesse contexto, a andragogia oferece importantes contribuições para compreender a aprendizagem de jovens e adultos. Diferentemente da pedagogia voltada às crianças, esse campo considera que os adultos aprendem de forma mais significativa quando reconhecem a utilidade prática do conhecimento e podem relacioná-lo às experiências acumuladas ao longo da vida. Knowles, Holton e Swanson (2011) defendem que a aprendizagem adulta deve favorecer a participação ativa, a autonomia e a resolução de problemas do cotidiano.

Essa perspectiva aproxima-se das concepções de Paulo Freire (2021), para quem a educação deve promover diálogo, reflexão crítica e valorização dos saberes dos educandos. Na EJA, reconhecer as experiências pessoais, profissionais e culturais dos estudantes fortalece sua participação e contribui para tornar a aprendizagem mais significativa.

A motivação para permanecer na escola resulta da interação entre fatores pessoais, sociais e institucionais. Aspectos como autoestima, expectativas de melhoria de vida, condições de trabalho, responsabilidades familiares e experiências anteriores de fracasso escolar influenciam diretamente o envolvimento dos estudantes com o processo educativo.

Cavalcante e Jesus (2026) destacam que práticas pedagógicas contextualizadas e relações respeitosas entre professores e estudantes fortalecem o sentimento de pertencimento e reduzem a evasão escolar.

Sob a perspectiva da educação inclusiva, estudantes com deficiência ou dificuldades específicas de aprendizagem enfrentam desafios adicionais relacionados à acessibilidade, às adaptações curriculares e à disponibilidade de recursos pedagógicos. Araújo et al. (2025) ressaltam que a permanência desses estudantes depende da eliminação de barreiras físicas, comunicacionais, metodológicas e atitudinais, assegurando condições efetivas de participação e aprendizagem.

Nesse processo, a formação continuada dos professores assume papel estratégico. Brito (2021) destaca que o desenvolvimento profissional favorece a adoção de metodologias inclusivas, adaptações curriculares e práticas pedagógicas mais flexíveis. Além disso, instrumentos como o Plano Educacional Individualizado (PEI) auxiliam no acompanhamento das necessidades dos

estudantes e na organização de intervenções pedagógicas compatíveis com seus diferentes ritmos de aprendizagem.

Assim, a literatura evidencia que a permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos depende da integração entre os princípios da andragogia, da educação inclusiva e de práticas pedagógicas contextualizadas. A valorização das experiências dos estudantes, associada a metodologias participativas e ao fortalecimento da formação docente, favorece a aprendizagem, reduz a evasão escolar e contribui para a construção de uma educação mais democrática e inclusiva.

2.4 Formação docente e mediação pedagógica inclusiva na EJA

A formação docente constitui dimensão essencial para a efetivação das metodologias pedagógicas inclusivas na Educação de Jovens e Adultos. Na EJA, o professor atua como mediador de processos educativos marcados pela diversidade de trajetórias, ritmos de aprendizagem, experiências de vida e necessidades educacionais específicas. Por isso, a formação inicial e continuada deve contemplar conhecimentos sobre educação inclusiva, alfabetização de jovens e adultos, acessibilidade curricular, tecnologias assistivas e avaliação flexível.

Brito (2021) destaca que a formação continuada crítico-colaborativa contribui para que os docentes planejem intervenções mais adequadas aos estudantes com deficiência e aos educandos que apresentam dificuldades específicas de aprendizagem. Nessa direção, Redig (2019) reforça que os caminhos formativos em contextos inclusivos precisam apoiar o professor na identificação de barreiras e na construção de estratégias pedagógicas acessíveis.

Assim, a discussão sobre formação docente não deve ser descartada da pesquisa, pois poderá subsidiar a análise das condições necessárias para que as metodologias inclusivas favoreçam, de fato, a aprendizagem e a permanência escolar dos estudantes da EJA.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, natureza básica e objetivos exploratórios e descritivos. A opção por esse delineamento justifica-se pela intenção de reunir, organizar e interpretar produções acadêmico-científicas relacionadas às metodologias

pedagógicas inclusivas na alfabetização de jovens e adultos, buscando compreender suas contribuições para a aprendizagem e a permanência escolar.

A pesquisa bibliográfica permite analisar conhecimentos já produzidos sobre determinado tema, identificar aproximações, lacunas e tendências interpretativas, bem como construir uma síntese crítica capaz de subsidiar novas investigações e práticas pedagógicas. No presente estudo, a revisão foi orientada pelo problema de pesquisa e pelos objetivos definidos na introdução.

O levantamento foi realizado nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos da CAPES, ERIC (Education Resources Information Center) e Google Acadêmico, por reunirem publicações científicas relevantes na área da Educação.

Foram utilizados os descritores "Educação de Jovens e Adultos", "alfabetização", "educação inclusiva", "metodologias inclusivas", "motivação escolar", "andragogia", "permanência escolar", "formação docente", "tecnologias assistivas" e "Plano Educacional Individualizado", combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR.

Como critérios de inclusão, foram selecionadas produções publicadas entre 2019 e 2026, disponíveis na íntegra, em língua portuguesa, relacionadas diretamente à alfabetização na EJA, à educação inclusiva, às metodologias pedagógicas inclusivas, à motivação, à permanência escolar e à formação docente. Foram excluídas publicações duplicadas, textos indisponíveis na íntegra, resumos simples, anais sem texto completo e estudos que não apresentavam relação direta com o problema de pesquisa.

Ressalta-se que o recorte temporal de 2019 a 2026 refere-se exclusivamente às produções acadêmico-científicas que compuseram o corpus da revisão bibliográfica. Obras clássicas e documentos normativos foram utilizados como fundamentação teórica e contextualização da pesquisa, por sua relevância para a compreensão dos conceitos abordados.

Os documentos oficiais não foram considerados artigos científicos nem foram buscados nas bases acadêmicas. Eles foram utilizados apenas para contextualização normativa, sendo localizados em fontes oficiais, como Planalto, Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação. Essa distinção foi adotada para atender ao rigor metodológico e evitar a mistura entre corpus de análise científica e documentos legais de apoio.

Inicialmente, realizou-se a leitura dos títulos e resumos das produções localizadas. Em seguida, os textos potencialmente relevantes foram lidos integralmente. Após essa etapa, foram selecionadas as produções que efetivamente respondiam ao problema da pesquisa. Os dados foram

organizados em categorias temáticas e analisados de forma descritiva e interpretativa, com base na análise temática de conteúdo.

Quadro 1 - Percorso de seleção das produções científicas

Etapas	Quantidade/descrição
Artigos localizados na SciELO	18
Artigos localizados no Portal de Periódicos da CAPES	22
Artigos localizados na ERIC	11
Artigos localizados no Google Acadêmico	34
Total inicialmente identificado	85 artigos
Exclusão de artigos duplicados	15
Artigos submetidos à leitura de títulos e resumos	70
Excluídos por não atenderem ao tema	42
Artigos lidos na íntegra	28
Excluídos após leitura completa por não responderem ao problema da pesquisa	10
Produções incluídas na revisão	18

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Quadro 2 - Síntese dos procedimentos metodológicos

Elemento	Descrição
Tipo de pesquisa	Pesquisa bibliográfica
Natureza	Básica
Abordagem	Qualitativa
Objetivos	Exploratórios e descritivos
Bases principais para artigos	SciELO; Portal de Periódicos da CAPES; ERIC; Google Acadêmico
Período das publicações	2019 a 2026
Crítérios de inclusão	Produções 13 normativa, em língua portuguesa, relacionadas à alfabetização na EJA, educação 13 normativa, metodologias inclusivas, motivação, permanência e formação docente
Crítérios de exclusão	Duplicidades, resumos, anais sem texto 13 normativa, publicações indisponíveis e estudos sem relação direta com o problema da pesquisa
Documentos oficiais	Utilizados somente para contextualização 13 normativa, não compondo a contagem dos artigos científicos analisados
Método de análise	Análise temática de conteúdo, com organização dos achados em categorias interpretativas

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Quadro 3 - Documentos oficiais utilizados para contextualização normativa

Documento	Finalidade no estudo
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Fundamentar o direito à educação e o dever do Estado na garantia de acesso e permanência.
Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Contextualizar a EJA como modalidade da educação básica e reforçar a oferta adequada aos jovens e adultos.
Resolução CNE/CEB nº 1/2000 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA	Apoiar a compreensão da especificidade curricular e pedagógica da modalidade.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	Orientar a discussão sobre inclusão, atendimento à diversidade e eliminação de barreiras.
Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência	Fundamentar a acessibilidade, a eliminação de barreiras e a garantia de participação de estudantes com deficiência.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Quadro 4 - Produções acadêmico-científicas incluídas na análise temática

Nº	Autor/ano	Título da produção	Contribuição para a análise
1	ALMEIDA; RIBEIRO (2024)	A inclusão na Educação de Jovens e Adultos: desafios e estratégias para uma aprendizagem significativa	Inclusão, gestão pedagógica e aprendizagem significativa na EJA.
2	ARAÚJO et al. (2025)	Educação especial na perspectiva da educação inclusiva	Princípios da educação inclusiva, acessibilidade e reorganização das práticas escolares.
3	BARBI et al. (2025)	Desafios e potencialidades na Educação de Jovens e Adultos	Evasão, permanência, formação docente e inclusão educacional.
4	BRITO (2021)	Formação continuada crítico-colaborativa na Educação de Jovens e Adultos	Formação docente e inclusão de educandos com deficiência na EJA.
5	CAVALCANTE; JESUS (2026)	Metodologias ativas e educação inclusiva	Metodologias participativas e caminhos para práticas pedagógicas inclusivas.
6	CORRÊA; SOUTO; SOARES (2024)	Educação de Jovens e Adultos: desafios e inovações metodológicas atuais	Inovações metodológicas e estratégias para contextualização do ensino.
7	CRUZ et al. (2025)	A Educação de Jovens e Adultos: desafios e oportunidades	Desafios atuais da EJA e possibilidades de fortalecimento das práticas educativas.
8	LEITE; CAMPOS (2019)	Perfil escolar de estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos	Perfil de estudantes com deficiência e demandas de acessibilidade na EJA.

Nº	Autor/ano	Título da produção	Contribuição para a análise
9	MALTA et al. (2025)	Desafios e inovações na educação de jovens e adultos: estratégias para a inclusão e a cidadania	Estratégias de inclusão, cidadania e fortalecimento do protagonismo dos estudantes.
10	MIRON; SCHARDOSIM (2025)	Interfaces da educação de jovens e adultos com a educação inclusiva	Relação entre marcos legais, EJA e educação inclusiva.
11	MOREIRA (2025)	Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: desafios e possibilidades	Alfabetização, participação social e condições de aprendizagem.
12	NERY (2024)	Desafios dos professores diante das práticas pedagógicas no ensino dos alunos da EJA	Dificuldades docentes e necessidade de práticas pedagógicas adequadas.
13	REDIG (2019)	Caminhos formativos no contexto inclusivo para estudantes com deficiência e outras condições atípicas	Percursos formativos, inclusão e apoio pedagógico.
14	ROSA; ALVES (2025)	Formação-ação na/pela EJA: processos de alfabetização e letramento em cena	Experiências formativas e práticas de alfabetização/letramento.
15	SANTOS et al. (2025)	Educação de Jovens e Adultos: políticas, práticas e desafios da alfabetização e letramento	Escuta dos sujeitos da EJA e estratégias contextualizadas.
16	SILVA (2021)	Desafios e pressupostos atuais da alfabetização na Educação de Jovens e Adultos	Pressupostos contemporâneos da alfabetização de jovens e adultos.
17	SILVA; SILVA (2024)	Investigações sobre os desafios da alfabetização de jovens, adultos e idosos	Percepções de educandos e desafios de aprendizagem significativa.
18	SILVA (2023)	Educação de Jovens e Adultos e Psicologia Histórico-Cultural	Centralidade do trabalho na aprendizagem e no desenvolvimento de jovens e adultos.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise das produções selecionadas permitiu identificar que as metodologias pedagógicas inclusivas contribuem para a aprendizagem e a permanência escolar na EJA quando articulam três dimensões: o reconhecimento das especificidades dos sujeitos, a organização de práticas pedagógicas acessíveis e a construção de vínculos de pertencimento com a escola.

Os achados também evidenciam que a formação docente é condição transversal para que tais metodologias sejam planejadas e desenvolvidas com qualidade técnica.

4.1 Especificidades dos sujeitos da EJA e implicações para a alfabetização

As produções analisadas apontam que a alfabetização na EJA precisa partir do reconhecimento dos sujeitos concretos que compõem essa modalidade. Diferentemente de uma visão homogênea de turma, os estudantes jovens, adultos e idosos apresentam trajetórias escolares interrompidas, experiências de trabalho, responsabilidades familiares, saberes comunitários e diferentes formas de relação com a leitura e a escrita.

Esse reconhecimento tem implicações metodológicas diretas. Quando a prática pedagógica ignora a vida dos estudantes, tende a reproduzir atividades abstratas e pouco significativas. Por outro lado, quando o professor utiliza temas vinculados ao cotidiano, documentos reais, situações de trabalho, narrativas de vida, práticas culturais e problemas sociais próximos aos educandos, a alfabetização ganha sentido e favorece maior participação.

Os estudos também demonstram que parte dos estudantes da EJA carrega marcas de fracasso escolar. A dificuldade de leitura e escrita, quando exposta de forma constrangedora, pode gerar vergonha e afastamento. Por isso, metodologias inclusivas precisam criar ambientes seguros para errar, tentar, perguntar, participar e avançar em ritmos diferentes.

Na perspectiva inclusiva, a diversidade não deve ser interpretada como obstáculo, mas como ponto de partida do planejamento pedagógico.

Conforme Araújo et al. (2025), a inclusão exige a reorganização das práticas pedagógicas, dos recursos didáticos e dos processos avaliativos, assegurando oportunidades de aprendizagem para todos.

4.2 Metodologias inclusivas e aprendizagem significativa

A literatura analisada converge ao afirmar que metodologias inclusivas favorecem a aprendizagem quando rompem com práticas mecânicas e descontextualizadas. Na alfabetização de jovens e adultos, atividades baseadas apenas em cópias, repetições e exercícios padronizados tendem a limitar a participação, sobretudo quando não dialogam com os usos sociais da leitura e da escrita.

Entre as estratégias mais relevantes destacam-se a contextualização dos conteúdos, a aprendizagem colaborativa, o uso de textos reais, a problematização de situações do cotidiano, a oralidade como ponto de partida, a produção coletiva de textos, a leitura compartilhada e a

resolução de problemas. Essas práticas permitem que os estudantes compreendam a função social da linguagem escrita e se percebam como sujeitos capazes de aprender.

Observa-se convergência entre os estudos de Paulo Freire (2021), Barbi et al. (2025) e Araújo et al. (2025). Enquanto Freire (2021), defende uma alfabetização baseada no diálogo e na realidade vivenciada pelos educandos, Barbi et al. evidenciam que metodologias contextualizadas aumentam o interesse e favorecem a permanência na EJA.

Por sua vez, Araújo et al. ampliam essa perspectiva ao enfatizar que práticas inclusivas devem contemplar diferentes formas de participação e aprendizagem, respeitando as necessidades individuais dos estudantes.

Além disso, esses resultados dialogam com Magda Soares (2020), ao evidenciar que a alfabetização precisa ocorrer em contextos reais de uso da linguagem, favorecendo o desenvolvimento do letramento.

Da mesma forma, aproximam-se das contribuições de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1999), que compreendem o estudante como sujeito ativo na construção do conhecimento, reforçando que a aprendizagem da leitura e da escrita ocorre por meio da interação entre experiências, reflexão e mediação pedagógica. Em conjunto, essas perspectivas demonstram que a aprendizagem significativa depende da articulação entre inclusão, participação e contextualização do ensino.

O Desenho Universal para a Aprendizagem apresenta contribuição importante ao propor que o ensino seja planejado com múltiplas formas de acesso ao conteúdo e múltiplas formas de expressão da aprendizagem. Na EJA, isso pode significar trabalhar uma mesma habilidade por meio de textos impressos, imagens, vídeos, relatos orais, atividades práticas, tecnologias digitais e materiais concretos.

As tecnologias assistivas e os recursos acessíveis também aparecem como possibilidades relevantes, especialmente para estudantes com deficiência visual, auditiva, física, intelectual ou dificuldades específicas de aprendizagem. Contudo, o uso desses recursos não deve ser compreendido como solução isolada. Sua efetividade depende da intencionalidade pedagógica, da mediação docente e da articulação com os objetivos de alfabetização.

Dessa forma, a aprendizagem significativa na EJA exige metodologias que unam acessibilidade, sentido social e participação ativa. O estudante aprende melhor quando compreende por que aprende, para que aprende e como aquele conhecimento dialoga com sua vida.

4.3 Motivação, pertencimento e permanência escolar

A permanência escolar foi identificada como uma dimensão diretamente relacionada à qualidade das práticas pedagógicas. Embora fatores externos, como trabalho, transporte, renda e responsabilidades familiares, influenciem a continuidade dos estudos, a forma como a escola acolhe e ensina também interfere de maneira significativa no vínculo do estudante com a instituição.

A motivação dos estudantes da EJA não pode ser tratada como algo fixo. Ela se fortalece ou se fragiliza de acordo com as experiências vividas na escola. Quando o estudante percebe avanço na leitura e na escrita, sente-se respeitado, participa das atividades e vê sentido no que aprende, tende a construir maior pertencimento. Quando se sente infantilizado, ignorado ou incapaz, aumenta o risco de afastamento.

Os estudos analisados indicam consenso quanto ao fato de que a permanência escolar está diretamente relacionada à qualidade das práticas pedagógicas. Nery (2024) destaca a importância do acolhimento e da valorização das trajetórias dos estudantes, enquanto Cavalcante e Jesus (2026) enfatizam o papel das metodologias participativas na construção do sentimento de pertencimento. Essas perspectivas complementam a concepção freireana de educação, segundo a qual o diálogo e o respeito aos saberes dos educandos fortalecem o vínculo com a escola.

Nesse sentido, metodologias inclusivas contribuem para a permanência porque ampliam as possibilidades de sucesso escolar. A participação em rodas de conversa, projetos coletivos, atividades contextualizadas e práticas colaborativas favorece a construção de vínculos entre estudantes e professores, reduzindo a sensação de isolamento.

A permanência, portanto, deve ser compreendida como responsabilidade pedagógica e institucional. Não se trata apenas de manter o estudante matriculado, mas de garantir condições para que ele aprenda, participe, seja acompanhado e perceba a escola como espaço legítimo de sua trajetória.

4.4 Formação docente e condições institucionais para a inclusão

A análise das produções evidencia que a formação docente é um dos principais fatores para a implementação de metodologias inclusivas na alfabetização de jovens e adultos. O professor precisa compreender tanto os fundamentos da EJA quanto os princípios da educação inclusiva,

articulando conhecimentos sobre alfabetização, avaliação, acessibilidade, currículo e mediação pedagógica.

A formação continuada mostra-se necessária porque muitos desafios enfrentados em sala de aula exigem decisões pedagógicas complexas: adaptar atividades sem empobrecer o currículo, avaliar estudantes com diferentes ritmos, utilizar recursos acessíveis, acolher experiências de fracasso escolar e planejar intervenções que respeitem a condição adulta dos estudantes.

Os estudos de Brito (2021) e Redig (2019) convergem ao afirmar que a formação continuada é condição indispensável para a consolidação da educação inclusiva. Entretanto, enquanto Brito enfatiza o desenvolvimento de competências pedagógicas voltadas à diversidade, Redig destaca a necessidade de processos formativos que auxiliem os docentes na identificação e superação das barreiras à aprendizagem.

Dessa forma, evidencia-se que a formação docente precisa articular conhecimentos teóricos e estratégias práticas capazes de responder às demandas da EJA.

Além da formação, as condições institucionais são determinantes. A inclusão não se sustenta apenas pela ação individual do professor. É necessário que a gestão escolar assegure recursos pedagógicos, acessibilidade, tempo de planejamento, acompanhamento pedagógico, diálogo com famílias e políticas de apoio à permanência.

O Plano Educacional Individualizado pode auxiliar o trabalho pedagógico quando utilizado como instrumento de acompanhamento, planejamento e avaliação. Entretanto, deve ser compreendido como apoio à inclusão, e não como mecanismo de segregação. Seu uso precisa estar articulado ao currículo da turma e às possibilidades de participação coletiva.

Assim, a formação docente e o apoio institucional constituem pilares para transformar os princípios inclusivos em práticas efetivas. Sem essa articulação, a inclusão corre o risco de permanecer apenas como discurso normativo, sem alterar a experiência concreta dos estudantes na sala de aula.

4.5 Síntese interpretativa dos achados

A revisão bibliográfica permite afirmar que metodologias pedagógicas inclusivas contribuem para a aprendizagem e a permanência escolar na EJA porque reorganizam o processo educativo a partir da diversidade dos estudantes. Elas favorecem a aprendizagem ao tornar o ensino mais acessível, significativo, participativo e relacionado à vida concreta dos educandos.

Também contribuem para a permanência ao fortalecer o vínculo do estudante com a escola, ampliar sua confiança na própria capacidade de aprender e reduzir barreiras pedagógicas que historicamente produzem exclusão. A permanência, nesse sentido, não é efeito automático da matrícula, mas resultado de práticas pedagógicas e políticas institucionais comprometidas com a inclusão.

Os resultados confirmam o pressuposto inicial da pesquisa: metodologias fundamentadas nos princípios da educação inclusiva, quando associadas à valorização das experiências dos estudantes, à flexibilização curricular e à formação docente, favorecem a aprendizagem, fortalecem a motivação e contribuem para a permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar metodologias pedagógicas inclusivas e sua contribuição para favorecer a aprendizagem e a permanência escolar de estudantes da Educação de Jovens e Adultos. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível compreender que a alfabetização na EJA exige práticas pedagógicas sensíveis à diversidade de sujeitos, trajetórias, ritmos e necessidades presentes nas salas de aula.

Os resultados evidenciaram que metodologias inclusivas, quando planejadas com intencionalidade, favorecem a aprendizagem significativa porque articulam leitura, escrita, oralidade, cultura, trabalho, experiências de vida e participação ativa dos estudantes. Estratégias como contextualização dos conteúdos, aprendizagem colaborativa, uso de textos reais, flexibilização das atividades, recursos acessíveis, tecnologias assistivas e avaliação processual contribuem para reduzir barreiras e ampliar oportunidades de aprendizagem.

Esse entendimento dialoga com as contribuições de Paulo Freire (2021) e Magda Soares (2020), ao evidenciar que a alfabetização deve ultrapassar o ensino mecânico do sistema de escrita e promover práticas de leitura e escrita socialmente significativas, respeitando os conhecimentos prévios e as experiências dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

Dessa forma, reafirma-se que a aprendizagem se torna mais significativa quando o ensino está relacionado à realidade dos educandos e fundamentado em práticas pedagógicas inclusivas, contextualizadas e participativas.

Em relação à permanência escolar, observou-se que as metodologias inclusivas fortalecem o pertencimento dos estudantes à escola. Ao reconhecer suas histórias, respeitar seus ritmos e oferecer possibilidades reais de participação, a prática pedagógica contribui para combater a desmotivação, a baixa autoestima e o abandono escolar.

A pesquisa também demonstrou que a formação docente não deve ser retirada da discussão, pois constitui condição essencial para a efetivação das metodologias inclusivas. Professores preparados, apoiados institucionalmente e inseridos em processos de formação continuada apresentam melhores condições para planejar práticas flexíveis, acessíveis e adequadas à realidade dos estudantes da EJA.

Quanto à metodologia, o estudo buscou tornar mais claro o percurso da revisão, distinguindo as produções acadêmico-científicas analisadas dos documentos oficiais utilizados apenas como contextualização normativa. Essa separação fortalece o rigor técnico da pesquisa e responde à necessidade de explicitar o corpus de análise.

Como limitação, reconhece-se que o estudo se restringe à revisão bibliográfica, não contemplando pesquisa de campo com estudantes, professores ou gestores. Recomenda-se que investigações futuras analisem práticas concretas desenvolvidas em turmas de EJA, observando seus impactos sobre aprendizagem, frequência, permanência e conclusão escolar.

Conclui-se que a construção de uma EJA inclusiva depende da articulação entre políticas públicas, gestão escolar, formação docente e metodologias pedagógicas comprometidas com a equidade. A inclusão, nesse contexto, não se reduz ao acesso à matrícula; ela se materializa quando o estudante aprende, participa, permanece e tem reconhecido seu direito a uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. C.; RIBEIRO, M. S. A inclusão na Educação de Jovens e Adultos: desafios e estratégias para uma aprendizagem significativa. *Revista FT*, v. 28, n. 134, 2024.
- ARAÚJO, Jailma Dantas et al. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva. *Cadernos Cajuína*, [S. l.], v. 10, n. 5, p. e1420, 2025. DOI: <https://doi.org/10.52641/cadcajv10i5.1420>.
- BARBI, Eloise Hack et al. Desafios e potencialidades na Educação de Jovens e Adultos. *Lumen et Virtus*, [S. l.], v. 16, n. 51, p. e7267, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/levv16n51-038>.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE/CEB, 2000.
- BRITO, Rayssa Maria Anselmo de. Formação continuada crítico-colaborativa na Educação de Jovens e Adultos: uma experiência com enfoque na inclusão de educandos com deficiência. 2021. 271 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.
- CAVALCANTE, José Haroldo Evaristo; JESUS, Ivone das Dores de. Metodologias ativas e educação inclusiva: desafios e caminhos para práticas pedagógicas inclusivas. *Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão*, v. 16, p. 1-17, 2026. DOI: <https://doi.org/10.33871/22386084.2026.16.11614>.
- CORRÊA, E. de S. B.; SOUTO, B. S.; SOARES, G. G. Educação de Jovens e Adultos: desafios e inovações metodológicas atuais. *Revista Ensin@ UFMS*, v. 5, n. esp., p. 72-90, 2024.
- CRUZ, N. A. da et al. A Educação de Jovens e Adultos: desafios e oportunidades. *Missioneira*, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 243-253, 2025. DOI: <https://doi.org/10.46550/f6m44w44>.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. Barueri: Atlas, 2022.

KNOWLES, Malcolm S.; HOLTON III, Elwood F.; SWANSON, Richard A. Aprendizagem de resultados: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa. São Paulo: Elsevier, 2011.

LEITE, Graciliana Garcia; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. Perfil escolar de estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos, nível ensino médio. Revista Educação Especial, v. 32, p. e30/1-16, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X27878>.

MALTA, D. P. L. N. et al. Desafios e inovações na educação de jovens e adultos: estratégias para a inclusão e a cidadania. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 1, p. 109-125, 2025.

MIRON, Kéren Talita Silva; SCHARDOSIM, Chris Royes. Interfaces da educação de jovens e adultos com a educação inclusiva: reflexões sobre os sentidos e conceitos propostos pelas atuais legislações. Revista Educação Especial, v. 38, n. 1, p. e39/1-25, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X90789>.

MOREIRA, M. A. S. Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: desafios e possibilidades. Studies in Education Sciences, [S. l.], v. 6, n. 1, p. e13355, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54019/sesv6n1-001>.

NERY, Luciene Pereira. Desafios dos professores diante das práticas pedagógicas no ensino dos alunos da Educação de Jovens e Adultos em escolas públicas. Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, [S. l.], v. 9, p. 209-222, 2024.

REDIG, A. G. Caminhos formativos no contexto inclusivo para estudantes com deficiência e outras condições atípicas. Revista Educação Especial, [S. l.], v. 32, p. e45, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X35721>.

ROSA, C. A.; ALVES, E. R. A. Formação-ação na/pela Educação de Jovens e Adultos (EJA): processos de alfabetização e letramento em cena - experiências e reflexões. Revista ELITE: Educação, Linguagens e Tecnologias, v. 1, n. 7, 2025.

SANTOS, J. L. D. M. et al. Educação de Jovens e Adultos: políticas, práticas e desafios da alfabetização e letramento. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 14, n. 8, p. e2517, 2025.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

SILVA, G. L. R. Educação de Jovens e Adultos e Psicologia Histórico-Cultural: a centralidade do trabalho na aprendizagem e no desenvolvimento de trabalhadores jovens e adultos. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 255-273, 2023. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i1.53006>.

SILVA, J. L. Desafios e pressupostos atuais da alfabetização na Educação de Jovens e Adultos. *Revista Brasileira de Alfabetização*, n. 15, p. 1-11, 2021.

SILVA, J. L.; SILVA, M. L. Investigações sobre os desafios da alfabetização de jovens, adultos e idosos a partir das percepções dos educandos. *Humanidades & Inovação*, v. 11, n. 7, 2024.